

**Hoyêdo Nunes Lins
José Messias Bastos
Maurício Aurélio dos Santos (org.)
Rosângela Miranda Cherem**

**ENSAIOS SOBRE
SANTA CATARINA**

 **LETRAS
CONTEMPORÂNEAS**

URBANIZAÇÃO, COMÉRCIO E PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL PESQUEIRA NA ILHA DE SANTA CATARINA

José Messias Bastos¹

Recuso-me a admitir que a economia de uma tribo indígena pré-cabralina seja regida pelas mesmas leis que regem o funcionamento da bolsa de Nova York ou os planos quinquenais soviéticos. Há certamente traços comuns, na medida em que todos esses casos encontramos homens vivendo em sociedade e produzindo socialmente sua vida. Mas o cientista que se quisesse limitar ao estudo desses aspectos se encontraria mais desarmado para apreender a realidade, objeto de seu estudo, do que um menino de jardim de infância, que, em seus verdes anos, já incorporou, além das noções a que tal ciência poderia conduzir, uma experiência pessoal muito rica. O que importa é conhecer como nossa sociedade concreta se comporta em sua vida econômica, na produção de sua própria vida, da vida de seus membros. Ora, para isso, em nosso caso, faz-se mister examinar como todas as sociedades humanas se comportaram e comportam.

IGNÁCIO RANGEL

O processo de urbanização na Ilha de Santa Catarina está inserido no contexto da ascensão e decadência da pequena produção mercantil açoreana como também na divisão territorial e social do trabalho imprimida essencialmente pelo vigoroso desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, ocorrido, sobretudo, na segunda metade deste século. A pequena produção mercantil pesqueira desempenhou significativo papel ao fornecer, até o advento da indústria pesqueira moderna, alimento de fundamental importância para o sustento da população da capital catarinense e de várias cidades do litoral sul americano.

A cidade de Nossa Senhora do Desterro hoje Florianópolis nos seus mais de dois séculos e meio de existência passou em linhas gerais por três grandes fases no processo de desenvolvimento urbano. A primeira urbanização está vinculada à ascensão da pequena produção mercantil açoreana que na virada do século XVIII para o século XIX tornara-se exportadora de gêneros alimentícios como a farinha de mandioca, óleo de peixe, peixe salgado, etc. Essa fase está relacionada também ao estabe-

¹ Professor do Departamento de Ciências da UFSC e Doutorando em Geografia Humana na USP

lecimento das milícias portuguesas do Brasil meridional e à função administrativa de capital da Província. A segunda, iniciada a partir do último quartel do século passado, quando, então, Florianópolis é promovida à condição de praça comercial importadora que vai abastecer as emergentes colônias de alemães e italianos recém instaladas nos vales atlânticos catarinenses. A última fase está relacionada ao processo de inserção da capital catarinense no contexto do capitalismo industrial brasileiro e catarinense que ocorre com mais vigor a partir da segunda metade dos anos 50 e transforma radicalmente a cidade. Florianópolis, assim, readquire funções de nível estadual que havia perdido com a decadência da pequena produção açoriana e após Revolução de 30 quando então as principais empresas comerciais florianopolitanas teimam em permanecer vinculadas ao esquema econômico-territorial anterior à referida revolução.

Assim, faz-se necessário realizar uma análise espaço-temporal da produção açoriana a partir da origem até a situação atual. Como se sabe, a sociedade brasileira nasceu inserida na economia mundo-européia que fora estabelecida pelo movimento de acumulação primitiva do capital europeu a partir dos séculos XVI-XVII. Como assinalou Marx: a maciça expropriação camponesa e a Revolução Puritana ao lado das colônias de exploração foram forças poderosas que alavancaram a produção capitalista manufatureira e depois industrial.² Logo, a sociedade feudal-escravista brasileira fornecedora de gêneros tropicais para a metrópole estava desde seus inícios muito atrelada à divisão internacional do trabalho que se implantava. Contudo, neste primeiro momento o capital comercial europeu e sobretudo o português (o mais agressivo da época) demonstravam pouco interesse na exploração dos recursos disponíveis na parte sul da então colônia brasileira e o contexto depressivo da economia e da sociedade européia da primeira metade do século XVIII fez com que comerciantes portugueses buscassem alternativas lucrativas em áreas com ociosidade de recursos tais como terras, matas, pescados, etc. Sem dúvida, os interesses convergiram para a pesca da baleia, pois surgiram cerca de seis armações no litoral catarinense.³ Nunca é demais lembrar que o óleo extraído da baleia era uma espécie de "petróleo" no século XVIII e XIX que será utilizado na

² A. MAMIGONIAN. Teorias sobre a industrialização brasileira. In. *Cadernos Geográficos / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências.* - n. 2 (maio de 2000) - Florianópolis: Imprensa Universitária, 2000 e K. MARX. *O Capital.* 4.ed. São Paulo: Difel, L. I, V.2, 1985. Cap. XXIV.

³ C. M. e SILVA. Ciclos de Kondratieff e a pequena produção mercantil pesqueira. In. *Geosul.* vol. 14, n. 28, p. 61 Florianópolis, Ed. UFSC, 1999. "... edificaram quatro armações e um suplemento ao longo do litoral catarinense: Piedade(1742), Lagoinha(1772), Itapocoróia(1778), Caropaba(1791), e o suplemento de Imbituba(1796), além da Ilha da Graça(1807)."

construção civil, na conservação da madeira, na iluminação e nas mais diversas manufaturas como lubrificante.

Como decorrência das atividades econômicas em implantação, havia necessidade de promover efetivo povoamento do território próximo às áreas da pesca, como também a defesa do território, esse fato levou à construção de uma série de fortificações, principalmente na Ilha de Santa Catarina, e condições naturais favoráveis à defesa e ao povoamento foi estrategicamente escolhida pelos comerciantes portugueses. A colônia de povoamento que se estabelecia estava alicerçada na pequena propriedade familiar, distinguindo-se neste aspecto do restante do território brasileiro onde a tônica era a exploração monocultora de enormes glebas de terras utilizando mão-de-obra escrava. O colono açoriano, diferentemente do escravo, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar seu excedente na melhoria de sua propriedade. Esse, no nosso entendimento, foi um dos fatores fundamentais que propiciaram precocemente a emersão do litoral catarinense à posição de destaque no cenário colonial da época como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios. O Rio de Janeiro constituiu-se na maior praça importadora dos produtos produzidos, mas esses excedentes exportáveis chegavam desde Recife ao Norte até Montevideu ao Sul.⁴ Para compreender melhor a importância da pequena produção mercantil açoriana, o Relatório do Governador da Capitania, o então, Tenente-Coronel João Alberto Ribeiro dos fins do século XVIII, é bastante esclarecedor, conforme Peluso:⁵

em 1796 a população da capital era de 3.757 habitantes dos quais 2.652 brancos, 110 forros e 99 escravos, mais 1.027 militares. Havia 18 lojas de fazenda, com sortimento variado, encontrando-se fio de algodão, galões de ouro e prata, lenços brancos de linho e algodão, lenços de tabaco, linhas brancas e de cores, meias de seda e linho, mantas de brim, cambria etc; as tavernas que vendiam gêneros alimentícios eram 43, tendo mercadorias como azeite-doce, aguardente do reino, algodão em rama. Manteiga, passas de uva, vinho, chá, etc. O Porto neste ano recebera 116 navios, provenientes do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Goitacazes, Parati, Ilha Grande, São Sebastião, Paranaguá, São Francisco, Laguna, Rio Grande, Santos e Biscain. Os artífices que atendiam a população eram oito alfaiates, dezenove sapateiros, quatro barbeiros, quatro ferreiros, dois marceneiros

⁴ A. MAMIGONIAN. A Vida Regional em Santa Catarina. São Paulo: Revista Orientação, IG-USP, n° 2, 1966.

⁵ V. A. PEIUSO JÚNIOR. Estudos de geografia urbana em Santa Catarina. (Organizado pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Geografia). Florianópolis: FCC / Ed. Da UFSC, 1991. Cap. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade.

e um de cada das seguintes profissões: serralheiro, tanoeiro, funileiro, entalhadores, pintor. Encontravam-se ainda duas casas de Pasto, dois curtumes e duas boticas. A exportação era variada: farinha de mandioca, arroz, milho, feijão, fava, aguardente, melado, açúcar, gravatá, barba de baleia, tabuada, betas de dimbé, peixe seco, azeite de peixe, cebolas, couro, calk, telhas, tijolos, etc.

Essa diversificada divisão social do trabalho evidencia que as condições impostas pela colônia portuguesa leva à projeção prematura a Ilha de Desterro naquele contexto. Vale acrescentar, ainda, que o fato de a capital da Capitania situar-se entre as duas principais cidades da fachada atlântica Sul Americana — Rio de Janeiro e Buenos Aires⁶ —, beneficiava em muito a capital catarinense.

Assim, pode-se considerar que a função portuária, comercial e administrativa desempenhou papéis fundamentais no crescimento da cidade criando-se, portanto, toda uma infra-estrutura urbana e de serviços para atendimento das necessidades da população. O crescimento da cidade sofreu forte aceleração a partir do momento em que Desterro passava a assumir cada vez mais as condições de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa, isso já no último quartel de século XIX. É neste novo contexto que os comerciantes açorianos foram substituídos por comerciantes de origem alemã, merecendo destaque Hoepcke, Wendhausen, Mayer, Born, Müller, etc. que ofereciam grande variedade de artigos nunca antes comercializados na praça desterrense. Esses novos empreendimentos comerciais não só promoveram a modernização do comércio e do porto como também intensificaram e ampliaram as relações comerciais, inclusive com outras praças, como aconteceu em algumas cidades da Alemanha.

Quanto à pequena produção pesqueira artesanal no contexto socioeconômico das duas primeiras referidas fases da urbanização da capital catarinense, pode-se afirmar que as relações estabelecidas desempenharam funções de complementariedade. Assim, a elevação do número de consumidores na cidade e ampliação das relações comerciais garantiam não só reprodução das relações sociais na produção de pescado como também seu aprimoramento técnico e crescimento da produção.

O produto chegava ao mercado consumidor primeiro através de barcos, que aportavam próximo onde hoje está situado o mercado público, depois "através de simples vendedores ambulantes, transportando o mesmo em carroças, utilizando-se do típico galho de boi, do

⁶ V. A. PELUSO JÚNIOR. Estudos... *Op. cit.*

qual emitiam certo som, que logo identificava a figura do 'peixeiro' como era conhecido."⁷ Atualmente a comercialização se dá através de peixarias, sobretudo aquelas localizadas no mercado público. O peixe salgado consumido em inúmeras praças comerciais do Brasil colonial e depois imperial, destinava-se, principalmente, àquelas cidades situadas no Nordeste. Quanto ao óleo de baleia, esse, era exportado para a Europa. Assim, sendo o crescimento urbano da Ilha de Santa Catarina estava vinculado, neste primeiro momento, ao êxito alcançado pela pequena produção mercantil açoriana e posteriormente pela função portuária.

No século XX, as áreas de povoamento açoriano entram em decadência por uma série de fatores conjugados, sejam eles de caráter endógeno ou exógeno, mas a função comercial de praça importadora manteve-se em expansão até a década de 30. Assim, a primeira explicação a considerar tendo em vista o fato de a pequena produção mercantil açoriana não ter desembocado em relações capitalistas de produção está no papel concentrador e aristocratizante desempenhado pelo capitais comerciais de Desterro e do Rio de Janeiro. Esses capitais não só permitiram que parte muito pequena do excedente ficasse nas mãos dos pequenos produtores diretos, como trataram de orquestrar uma série de barreiras ao surgimento de novos empreendimentos. A principal delas foi a de promover o retrocesso da região de influência direta através da importação de produtos similares ao produzido pelo artesanato açoriano. Essa é uma das causas responsáveis pelo caráter desequilibrado da urbanização da região de Florianópolis, onde existe apenas uma capital regional que anexou algumas cidades localizadas nas suas proximidades (São José, Palhoça e Biguaçu), a ausência de centros sub-regionais e a presença de alguns poucos dispersos centro locais.

A segunda está relacionada à existência de um artesanato muito diversificado, ou seja, o artesão não se especializava num único ofício. Em outras palavras, esse artesão era uma espécie de quebra galho que fazia de tudo um pouco e por conseqüência tal artesanato não encontrou força suficiente para se transformar em indústria, diferentemente das colônias recém implantadas nos vales atlânticos catarienses de alemães e italianos que se industrializaram e passaram a concorrer com a pequena produção os como no preço dos mesmos.

E por último pode-se enumerar um conjunto elementos constituintes da pequena produção açoriana que contribuíram para a perma-

⁷ N. J. de CAMPOS. Sistema de abastecimento do mercado Florianopolitano: o comércio de carnes em geral. Monografia do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* - Desenvolvimento Regional e Urbano. Departamento de Geociências — UFSC.

nência das relações pré-capitalistas assinaladas: 1) O espírito de camaradagem que vigorava entre os agricultores, os pescadores e os artesãos, pois entre os pecadores de algumas localidades no interior da ilha constata-se a permanência ainda hoje da divisão do resultado da pesca no final de cada dia, sendo que metade fica para o dono do barco e da rede e outra metade é dividida em partes iguais (quinhão) para os demais pescadores. 2) A fragmentação excessiva das pequenas propriedades por ocasião da sucessão da posse da terra tornava impossível a emersão do processo duradouro de diferenciação social, como ocorria nas comunidades germânicas, onde o filho mais velho era o herdeiro natural da propriedade. 3) O esgotamento do solo arenoso pelo uso da coivara (queimada) contribuía decisivamente para diminuição da produtividade das terras cultiváveis e 4) O recrutamento dos açorianos para as milícias desfalcava a família de mão-de-obra produtiva.

Todos esses fatos são bastante significativos e nos ajudam a compreender melhor o fraco crescimento urbano de Florianópolis na primeira metade do atual século, pois a cidade perde gradativamente sua importância no contexto regional e nacional, passando a exercer praticamente apenas sua função administrativa de capital do Estado de Santa Catarina, principalmente a partir da década de 1930, quando então a economia catarinense sofre extraordinário incremento promovido por pelo menos quatro causas fundamentais. A primeira pelo avanço da industrialização das áreas alemãs, cujos imigrantes vieram com o "capitalismo em seus ossos"⁸ e eram "capitalistas sem capital".⁹ A segunda pela institucionalização da extração do carvão mineral do sul catarinense, onde as empresas brasileiras consumidoras deste mineral foram obrigadas, a partir de 1931, a consumir 10% do carvão brasileiro e em 1937 este percentual dobrou passando para 20%.¹⁰ A terceira pelas exportações de madeira do planalto principalmente através do porto de Itajaí transformando-o no maior porto madeireiro do Sul do Brasil. E por fim pelo surgimento das agroindústrias do Oeste e do Vale do Rio do Peixe que desde seus inícios estavam integradas por estrada de ferro à cidade de São Paulo, desembocando na formação de grandes grupos de dimensão internacional, como a Sadia, por exemplo. Diante desta riqueza produtiva do interior do Estado é que Florianópolis perdia for-

⁸ A. MAMIGONIAN. O processo de industrialização em São Paulo. In. Boletim Paulista de Geografia, n. 50, mar. de 1976, p. 89.

⁹ A. MAMIGONIAN. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In. Boletim do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, n. 2, 1969, p. 60.

¹⁰ A. MAMIGONIAN. Industrialização de Santa Catarina. Florianópolis: CAPLAN, 1986. Capítulo do Atlas de Santa Catarina.

ça econômica e sua área de influência encolhia substancialmente de "Tijucas ao Norte até Garopaba ao Sul".¹¹ Enquanto isso as cidades do interior do Estado que emergiam com suas dinâmicas industriais, passaram a ocupar o espaço econômico deixado pela capital.

Foi com a Revolução de 30 que a capital catarinense sofreu cisão definitiva no seu relacionamento com estrutura política brasileira que significou a chegada ao poder de camadas sociais nacionalistas, a 3ª dualidade no dizer de Rangel, que se constituía num pacto de poder entre Latifúndio feudal (ligado ao mercado interno do Rio Grande do Sul, do Sertão nordestino e de Minas Gerais) e burguesia industrial, apeando do poder os comerciantes de exportação e importação aos quais o capitais comerciais de Florianópolis estavam ligados.¹² Essa nova situação política e econômica passou a imprimir a partir de então a aceleração do processo de industrialização e a integração do território nacional via estradas de rodagem, com São Paulo no comando.

Neste momento os principais comerciantes de Florianópolis estavam atrelados ao esquema anterior a Revolução de 30, continuaram vinculados aos capitais comerciais tradicionais do Rio de Janeiro, pelo transporte de cabotagem. Dessa forma não acompanharam as profundas mudanças na divisão territorial do trabalho imprimidas pelas relações de produção capitalista em implantação, o que contribuiu de maneira ainda mais decisiva, como já se assinalou, para o longo período de estagnação econômica da capital catarinense.

O empobrecimento gradativo dos açorianos e as escassas oportunidades de emprego nas cidades litorâneas fizeram com que muitos migrassem para as áreas industriais alemãs, para zona carbonífera ou partissem à procura dos grandes centros pesqueiros, como o de Rio Grande e Santos, para trabalharem na pesca embarcada.¹³ Aproveitando as crescentes levadas de pescadores para os referidos centros surgiram alguns pequenos comerciantes locais que passaram a transportar, em caminhões, os migrantes lusos-brasileiros. Destaque-se que neste ínterim alguns destes comerciantes tornaram-se empresários na pesca.

Assim, as mudanças ocorridas no Brasil com o processo revolucionário ainda que não tenham sido incorporadas de imediato pelas camadas sociais que comandavam a produção açoriana da Ilha de Santa Catarina, levaram a capital sofrer com o passar do tempo as consequências do processo maior gestado pelo conjunto da economia nacional.

¹¹ A. MAMIGONIAN, 1966.

¹² I. M. RANGEL. História da dualidade brasileira. Revista de Economia Política, vol. 10, n° 4, out./dez., 1981.

¹³ A. MAMIGONIAN, 1966.

Quando do movimento da sociedade, através de suas estruturas, nem todos os lugares são atingidos, ao menos diretamente. Na realidade, todos o são porque o fato de que um ponto do espaço conheça uma nova definição, através do impacto de variáveis novas, muda as hierarquias e impõe uma nova ordem espacial que concerne à totalidade dos lugares. Cada lugar atingido pelo movimento do todo social fica em condições de reagir sobre esse todo e, desse modo, obrigando-o a modificar-se, conduz também a modificações, mais ou menos grandes, mais ou menos rápidas, mais ou menos imediatas, da totalidade dos lugares.¹⁴

Estamos querendo chamar a atenção para o fato de os principais agentes econômico da cidade de Florianópolis terem tentado resistir, num primeiro momento, ao que ocorria na sociedade brasileira como um todo. Estava sim, na verdade, acumulando mais e mais diferenças e contradições com novo estado de coisa que fora estabelecido com a emergência do "Estado Novo" visto que a urbanização é também explicada pelas relações que se estabelecem com os classe sociais envolvidas,¹⁵ pois as mudanças ocorridas na estrutura de poder em 30 não só implicaram uma maior ênfase por parte do Estado na industrialização, como também a aceleração do processo de superação das relações de produção pré-capitalista.

Por outro lado, apesar das transformações em curso, a pequena produção pesqueira permaneceu forte durante algum tempo, embora, como se sabe, em condições artesanais. Contudo, não conseguiu incorporar seu excedente populacional e "sua decadência não está relacionada com o falacioso discurso de esgotamento dos recursos, mas com a desigual concorrência que se estabelece, de forma conflituosa, com a pesca industrial, visto que a potência das grandes embarcações permite a realização do processo de captura em alto mar, enquanto que as condições tecnológicas das pequenas embarcações não permite a extrapolação das proximidades do litoral".¹⁶ A introdução da maquinaria tipo sonda, sonar e "power Block" que substituem a força de trabalho no interior da grande unidade são apenas desdobramentos da incorporação das relações capitalistas na pesca.

Assim, gradativamente, todos os setores que sobreviviam no modo de vida anterior ao capitalista, que se estabelece com mais vigor a partir de 1930, entram em decadência e as atividades desenvolvidas naquela sociedade ressurgem em novas condições integradas ao novo

¹⁴ M. SANTOS. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979. Cap. III, p. 44.

¹⁵ M. SANTOS. *Op. cit.*

¹⁶ C. M. e SILVA. Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992. Cap. O modo de produção capitalista e a decadência da pequena produção mercantil.

sistema socioeconômico em implantação. Apesar de tudo, a pesca semi-artesanal da ilha bem como do litoral catarinense, com suas relações de camaradagem, sobrevive em alguns locais preservando algumas características do modo de vida antigo. Essa sobrevivência da pesca artesanal é beneficiada primeiro pelas condições naturais favoráveis do recortado litoral catarinense, com suas enseadas, costões e ilhas que não permitem a aproximação de embarcações de maior porte e em segundo lugar pelo fato de os cardumes (que escapam da pesca industrial) se aproximarem muito do litoral o que facilita sua captura pelos pescadores artesanais com suas pequenas embarcações, principalmente os cardumes de tainha anchova, corvinas entre outros.

O papel desempenhado pelo Estado, tanto na esfera federal como na esfera estadual, é de fundamental importância para a compreensão do processo de urbanização recente na região metropolitana de Florianópolis uma vez que a nova divisão territorial do trabalho estabelecida pelo desenvolvimento industrial brasileiro e catarinense imprimiu à capital dos catarinenses novas e importantes funções administrativas compatíveis com a ordem econômico-social vigente pelo menos desde a década de 1930. Não resta a menor dúvida de que a atividade pesqueira desenvolvida em sua forma artesanal no interior da Ilha de Santa Catarina sofreu as conseqüências dessas mudanças, tanto pelo fato de o Estado, capturado pelos latifundiários feudais e pelo grande capital industrial, passar a conceder incentivos fiscais — via SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) — para pesca industrial embarcada, marginalizando a artesanal, como também pela chegada da cidade até a praia (processo de balnearização).

Convém reforçar então que na primeira metade deste século, Florianópolis passou paulatinamente por um processo de esvaziamento econômico provocado pela decadência da pequena produção mercantil açoriana e pela emersão industrial e comercial das áreas de colonização recente dos vales atlânticos catarinense. As cidades vinculadas à estrutura capitalista em implantação passam a crescer economicamente e populacionalmente, é o caso de Blumenau, Joinville, Criciúma, etc. no âmbito estadual e Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, etc. no federal.

Por outro lado, pelo fato de ser centro político e administrativo de Santa Catarina, Florianópolis foi uma das únicas cidades em todo o litoral catarinense que continuou a crescer. No Sul, Laguna ligada à colonização açoriana perde a hegemonia regional para Tubarão com a emersão da pequena produção mercantil sobretudo italiana, mas também alemã. Enquanto que no Norte do estado, São Francisco do Sul assistia passivamente ao desenvolvimento industrial de Joinville.

Mas a partir da década de 60 com a modernização do sistema rodoviário (construção da BR 101) e a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, nas palavras do Professor PELUSO, Florianópolis e região ganha novo e importante dinamismo e passa a crescer no ritmo mais acelerado do que os principais centros urbanos do país. Entre 1872 e 1960, enquanto a capital catarinense multiplicava sua população em apenas 4 vezes, Porto Alegre e Curitiba multiplicavam suas populações por 25 e 36 vezes. Já no período compreendido entre 1960 e 1991, a cidade de Florianópolis-São José¹⁷ multiplicou sua população em 4,5 vezes, Curitiba 3,5, Porto Alegre apenas 1,6 e a população urbana brasileira em aproximadamente 3,5 vezes.¹⁸

Esse dinamismo está diretamente relacionado com as novas funções que a capital catarinense passa a exercer com o desenvolvimento industrial vivido pelo país e por Santa Catarina. "Florianópolis, que se torna alvo de maciços investimentos realizados pelo poder público estadual e federal, readquire certas atividades de âmbito estadual e regional que havia perdido na fase anterior, só que agora atividades administrativas modernas. Com tais investimentos modifica-se radicalmente o perfil da cidade, a urbanização se acelera, a modernização e reforçamento do terciário superior, dando novas funções à administração estadual e federal, fazendo surgir o BESC, CELESC, TELESC, etc, dinamizando serviços, contribuindo para implantação de novos, como UFSC, DNOS, DNER, ELETROSUL".¹⁹

Parece oportuno neste momento fazer uma breve análise sobre o papel do Estado na nova ordem econômica e social do Brasil imposta a partir da Revolução de 30, quando então um novo pacto de poder se estabelece e passa a comandar o processo de desenvolvimento brasileiro. Em primeiro lugar chamamos a atenção para a permanência da dualidade, pois nossa transição para o capitalismo industrial se deu com o beneplácito da classe dos latifundiários feudais, por isso mesmo realizamos uma industrialização sem reforma agrária como assinala incansavelmente Ignácio Rangel em seus estudos. O Estado brasileiro é, portanto, capitalista e feudal ao mesmo tempo. Feudal no sentido de não permitir mudanças radicais nas relações sociais de produção vi-

¹⁷ Consideramos como uma única cidade Florianópolis e São José porque, desde a década de 60 até meados da de 80 o Morro da Cruz impediu que a capital crescesse horizontalmente para o interior da Ilha, espalhando-se assim pelos municípios vizinhos.

¹⁸ A. MAMIGONIAN. 1966 e IBGE — Censo Demográfico de 1960 e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991.

¹⁹ J. M. BASTOS. O comércio de múltiplas filiais em Florianópolis-SC. Dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação e Geografia da UFSC, 1996.

gente em vastíssimas áreas do território brasileiro (o meio rural sobretudo) e capitalista porque tem que promover as mudanças institucionais fundamentais para o pleno desenvolvimento das forças produtivas em expansão (a indústria).²⁰

A inserção de Florianópolis neste contexto é fundamental, pois, como vimos, a capital catarinense ficou por muito tempo vinculada à estrutura econômica anterior a década de 30, o que resultou no desaparecimento (anos 60) de casas comerciais tradicionais (Hoepcke, Mayer, etc.) permitindo o estabelecimento de redes comerciais do interior do Estado catarinense, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro (Angeloni, Disapel, Colombo, Arapuã, Ponto Frio, etc.), além do surgimento de novas casas comerciais locais sem praticamente nenhuma ligação com a estrutura comercial anterior (Koerich, Cassol, Casas da Água, Imperatriz, etc.).²¹

A hegemonia política dos latifundiários feudais (Nereu Ramos) da região planáltica e a resistência dos comerciantes ilhéus em absorver tais mudanças em curso criaram uma espécie de vácuo na trajetória econômica da cidade, chegando ao limite máximo de sua estagnação econômica e social nos anos 60, quando então se inicia o processo de transformação radical da estrutura comercial florianopolitana. Contudo do ponto de vista administrativo o novo pacto de poder tratou não só de modernizar as instituições públicas estaduais (transformação do Departamento de Terras e Colonização no Departamento Estadual de Geografia e Cartografia), como também promoveu o estabelecimento de inúmeras escolas primárias e ginasiais (C. E. Getúlio Vargas localizada no Bairro Saco dos Limões), de vilas residenciais para operários (Trindade e Saco dos Limões), de concurso público para ingresso na administração federal via Departamento de Administração de Serviço Público — DASP), etc.

Na atividade pesqueira as mudanças também foram sentidas, entretanto não houve a substituição desta atividade por novos empreendimentos em Florianópolis. A pesca artesanal que já entrara em decadência na fase anterior, assiste a partir dos anos 60, com a criação da SUDEPE não só sua marginalização com os incentivos fiscais concedidos à pesca industrial embarcada como também a orquestração de uma política de desmonte da estrutura de beneficiamento do pescado (salgas e salguinhas) via estabelecimento de novas normas de condições

²⁰ I. M. RANGEL. *Op. cit.*

²¹ J. M. BASTOS. *Op. cit.*

de "higiene e Limpeza" além do "acionamento dos mecanismos fiscalizadores com auxílio de forte repressão policial".²² Por outro lado, a capacidade de captura da pesca embarcada fez escassear o pescado na costa catarinense contribuindo mais e mais para o aprofundamento da decadência da pesca artesanal. Como não poderia deixar de ser, o processo contínuo de destruição da estrutura mercantil pesqueira ao longo da segunda metade do atual século fez suas populações migrarem ou para cidade, à procura de novas alternativas de trabalho, ou partirem para os grandes centros pesqueiros do Brasil.

Apesar deste processo radical posto em prática pelo capitalismo industrial brasileiro, a pesca artesanal, no entanto, em algumas poucas comunidades pesqueira teima em sobreviver miseravelmente. Concorrem para essa situação uma série de fatores, além daqueles naturais assinalados anteriormente, conjugados adaptados às relações sociais de compadrio. O primeiro ponto a destacar é a modernização por que passa a parafernália da pesca, tais como a motorização das embarcações, a fabricação de redes, a possibilidade da instalação de câmaras frigoríficas na praia, com a chegada da energia elétrica. O segundo é a ligação rodoviária que além de facilitar o escoamento da produção, ampliou de forma significativa o mercado consumidor.

É oportuno acrescentar que se por um lado as facilidades proporcionadas pela modernização do acesso à praia tenha facilitado a colocação do pescado no mercado consumidor; por outro, favoreceu também a expansão da atividade turística. A multiplicação dos loteamentos e dos empreendimentos imobiliários fez com que muitas comunidades pesqueiras ficassem praticamente impossibilitadas de chegar até a praia, é o caso da Canasvieiras, por exemplo. Para isso maracutaiais legais não foram raras, tais como a privatização das terras de uso comum.²³ Sem deixar de considerar que a alocação da infra-estrutura urbana nas áreas balneárias permitiu à Prefeitura cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano que, aliás, não pára de aumentar com a constante valorização imobiliária, tornando a vida ainda mais difícil para a gente humilde que habita há séculos as hoje ditas "regiões balneárias".

Podemos dizer que a urbanização e a pesca artesanal na Ilha de Santa Catarina estiveram e estão muito próximas uma influenciando a outra. Na primeira e segunda fase a relação era de complementariedade, enquanto que na terceira, considerando a urbanização imprimida pelo

²² C. M. e SILVA. *Op. cit.*

²³ N. J. de CAMPOS. Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1991. Cap. IV.

desenvolvimento da sociedade capitalista industrial brasileira e catariense, os interesses tornaram-se conflitantes. Vale dizer parafraseando Marx que "o modo de produção capitalista e de acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem, como condição existencial, o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador".²⁴ A prova mais atual e didática dessa conclusão está na orquestração programada, por parte de poderosos grupos econômicos e políticos favorecidos com o beneplácito do Estado (governado por tais grupos) primeiro no enfraquecimento através do bode espiatório da "farra do boi" e em seguida no aniquilamento da pequena produção mercantil pesqueira de Ganchos (oficialmente denominada de Governador Celso Ramos). O empreendimento imobiliário de Palmas é exemplo cabal dessa conclusão, onde tais grupos exercem o controle do Estado e ainda buscam recursos no BID para construção da SC-401 que ligará Governador Celso Ramos a BR-101. Assim privatizam os benefícios com o endividamento público.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, J.M.. *O comércio no Sul do Brasil*. In. Geosul. vol. 14, n. 28, Florianópolis, Ed. UFSC, 1999.

CAMPOS, N.J. de. *Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

_____. *Sistema de abastecimento do mercado Florianopolitano: o comércio de carnes em geral*. Monografia do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* – Desenvolvimento Regional e Urbano. Departamento de Geociências – UFSC.

MARX, Karl. *O Capital*. 4.ed. São Paulo: Difel, L. I, V.2, 1985. .

MAMIGONIAN, A. *A Vida Regional em Santa Catarina*. São Paulo: Revista Orientação, IG-USP, nº 2, 1966.

_____. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In. *Boletim do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente*, n. 2, 1969.

_____. O processo de industrialização em São Paulo. In. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 50, mar. de 1976.

_____. Industrialização de Santa Catarina. Florianópolis: GAPLAN, 1986. Capítulo do *Atlas de Santa Catarina*.

_____. Teorias sobre a industrialização brasileira. In. *Cadernos Geográficos / Universidade Federal de Santa Catarina*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n. 2 (maio de 2000) - . –Florianópolis: Imprensa Universitária, 2000

²⁴ K. MARX. *Op. cit.*

- PELUSO JÚNIOR, V.A. *Estudos de geografia urbana em Santa Catarina*. (Organizado pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Geografia). Florianópolis: FCC / Ed. Da UFSC, 1991.
- RANGEL, I. M.. História da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, vol. 10, nº 4, out./dez., 1981.
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SILVA, e C.M.. *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1992.
- _____ Ciclos de Kondratieff e a pequena produção mercantil pesqueira. In. *Geosul*. vol. 14, n. 28, Florianópolis, Ed. UFSC, 1999.